



BEM VIVER



MANUAL DO PROGRAMA BEM VIVER+



MINISTÉRIO DA
IGUALDADE
RACIAL

MINISTÉRIO DOS
POVOS
INDÍGENAS

MINISTÉRIO DOS
DIREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
Ministério dos Povos Indígenas
Ministério da Igualdade Racial

MANUAL DO PROGRAMA BEM VIVER+

Brasília
2025

GOVERNO FEDERAL
Presidente

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA
Ministra de Estado

Macaé Maria Evaristo dos Santos

MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS
Ministra de Estado

Sonia Guajajara

MINISTÉRIO DA IGUALDADE RACIAL
Ministra de Estado

Anielle Franco

Equipe de elaboração

Alessandro Santos Mariano, Anakeila de Barros Stauffer,
Daniel Sebastian Granda Henao, Marcos Alfonso Ruciski Spiess,
Niotxarú Pataxó, Rodrigo Pinheiro, Symmy Larrat e Wesley Oliveira Lima.

Revisão Final

Oton Tássio Silva Luna

Projeto gráfico e diagramação

Kessiley Jordan

M294

Manual do Programa Bem Viver+ / Ministério dos Direitos Humanos e
Cidadania – Brasília : Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, 2025.

54 p. : il. color.

ISBN : 978-65-84679-37-5 Físico;
978-65-84679-36-8 Digital

1. LGBTQIA+. 2. Quilombolas. 3. Indígenas. I. Brasil. Ministério dos Direitos
Humanos e Cidadania. II. Brasil. Ministério dos Povos Indígenas. III. Brasil.
Ministério da Igualdade Racial. IV. Título.

CDD 306

Este Manual do Programa Bem Viver+ foi impresso com recursos do Termo de Execução
Descentralizada (TED) Transferegov n° 951586/2023 (Plano de Ação n° 30993120230004-002166),
firmado entre a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fundação Oswaldo Cruz e a Secretaria
Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	05
O QUE É O PROGRAMA BEM VIVER +	07
FASE 1: DIAGNÓSTICO E MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA PESSOAS LGBTQIA+ EM TERRITÓRIOS DO CAMPO, DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS	09
FASE 2: CONSTITUIÇÃO DA REDE DE PROTEÇÃO E FORMAÇÃO DE DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS LGBTQIA+ NOS TERRITÓRIOS	12
FASE 3: PROMOÇÃO DA AUTOPROTEÇÃO E AUTOCUIDADO NOS TERRITÓRIOS DO CAMPO, DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS	15
PRINCÍPIOS DO “BEM VIVER”	19
AUTOPROTEÇÃO E AUTOCUIDADO	24
DICAS E MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO	29
AUTO-ORGANIZAÇÃO DAS LGBTQIA+ NOS TERRITÓRIOS	33



Anexo I – Manual do Programa Bem Viver+ Guarani-Kaiowá

INTRODUÇÃO	38
CONCEPÇÃO DO “BEM VIVER” PARA O POVO GUARANI-KAIOWÁ	41
DIAGNÓSTICO DE VIOLÊNCIA CONTRA AS LGBTQIA+ GUARANI-KAIOWÁ	44
AÇÕES PREVISTAS PELO PROGRAMA 2025	46
COMITÊ TERRITORIAL DO BEM VIVER GUARANI-KAIOWÁ	49
NÚCLEO DO PROGRAMA BEM VIVER+ NO MATO GROSSO DO SUL	51

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Enfrentamento à Violência e de Promoção dos Direitos Humanos das Pessoas LGBTQIA+ nos Territórios do Campo, das Águas e das Florestas, também conhecido como Programa Bem Viver+, foi instituído pela Portaria Interministerial MDHC/MPI/MIR nº01, 03 de dezembro de 2024, com a assinatura do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e Ministério da Igualdade Racial (MIR).

Este Programa tem como principal objetivo enfrentar a violência e promover os direitos humanos das pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros ou Travestis, Queer, Intersexuais, Assexuais e Demais orientações sexuais e identidade de gênero (LGBTQIA+) que vivem em contextos rurais e tradicionais, especialmente nos territórios do Campo, das Águas e das Florestas. Ele faz parte da Estratégia Nacional de Enfrentamento à Violência contra Pessoas LGBTQIA+, instituída pela Portaria MDHC nº 756, de 5 de dezembro de 2023, que busca combater a LGBTQIAfobia, promover a inclusão social e garantir o pleno exercício da cidadania para a população LGBTQIA+ dos mais diferentes territórios, com um foco especial, no caso do Bem Viver+, em camponeses, povos indígenas, quilombolas, pescadores, caiçaras e outros grupos vulnerabilizados que habitam essas regiões.

Inspirado pelo conceito ancestral e contemporâneo de “Bem Viver”, o Programa se referencia em um modelo de vida baseado em relações de solidariedade e harmonia entre os seres humanos, em toda a sua diversidade, e o meio ambiente. O Bem Viver+ valoriza a diversidade cultural e étnica, promove o respeito aos direitos humanos e busca a construção de territórios livres de preconceitos e violências, nos quais as pessoas LGBTQIA+ possam viver com dignidade, segurança e

liberdade, tendo respeitadas as suas identidades, orientações sexuais e características sexuais.

A proposta do Programa é, assim, integrar as políticas públicas de direitos humanos, proteção, empoderamento e articulação social, com a promoção de direitos e a garantia de que todas as pessoas possam viver de forma plena, segura e integrada às suas comunidades e culturas, sem temer a violência ou a discriminação.



Foto: Rafa Stedile

O QUE É O PROGRAMA BEM VIVER+

O **Programa Bem Viver+** é uma iniciativa estratégica voltada para o enfrentamento das diversas formas de violência que atingem as pessoas LGBTQIA+, especialmente em contextos rurais e tradicionais, como nas comunidades indígenas, quilombolas, camponesas e pescadoras. O Programa visa promover a dignidade, a igualdade e o pleno exercício dos direitos humanos dessas pessoas, por meio de ações que identifiquem as violências existentes e tracem caminhos concretos para a superação dessas violações.

O Programa Bem Viver+ contempla uma série de estratégias, que incluem:

- a) a formação de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos LGBTQIA+, com a capacitação de lideranças locais para atuar como agentes de direitos humanos LGBTQIA+ em suas comunidades na prevenção de violência e na defesa dos direitos das pessoas LGBTQIA+;
- b) o fortalecimento da Rede de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos LGBTQIA+, buscando construir ou fortalecer uma rede interconectada de apoio e proteção para os direitos LGBTQIA+, com a criação de um comitê de defesa dos direitos das Pessoas LGBTQIA+ a nível local e a articulação de parcerias com movimentos sociais, universidades e instituições de direitos humanos presentes nos territórios do Campo, das Águas e das Florestas;
- c) o incentivo às Relações Interétnicas e à Solidariedade entre as Comunidades e a conscientização entre pares, a fim

de promover um ambiente de valorização da diversidade, buscando reduzir conflitos e fomentar a inclusão em comunidades tradicionais e rurais, que enfrentam preconceitos históricos e estruturais;

d) o suporte ao Autocuidado e à Saúde Mental, abordando o impacto da violência e da exclusão que causa o adoecimento mental, o Programa pretende oferecer suporte ao autocuidado, incluindo o acompanhamento psicossocial individual e coletivo;

e) a promoção de oficinas de Autoproteção e Educação Popular, que, baseadas em metodologias de Educação Popular adaptadas à realidade e à cultura de cada povo, visam à conscientização dos sujeitos e das comunidades para enfrentar a LGBTQIAfobia de maneira proativa; e

f) o apoio técnico a Projetos Locais de Inclusão e Proteção dos Direitos Humanos, buscando valorizar iniciativas locais que promovam a inclusão e proteção dos direitos LGBTQIA+ em cada território específico.

Essas ações são pensadas para oferecer respostas eficazes e integradas, com base na realidade específica de cada território e com o objetivo de garantir um ambiente e território seguro, acolhedor e de cidadania plena para as pessoas LGBTQIA+ que vivem nos territórios do Campo, das Águas e das Florestas.

O Programa desenvolve-se em três fases, que se relacionam, levando em consideração a dinâmica local, articulações institucionais e parcerias com setores organizados da sociedade civil.

Cada fase apresenta-nos um conjunto de ações que serão desenvolvidas nos territórios, levando em consideração os objetivos já sinalizados aqui.

FASE 1: DIAGNÓSTICO E MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA PESSOAS LGBTQIA+ EM TERRITÓRIOS DO CAMPO, DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS.

Esta primeira fase tem como objetivo principal realizar um diagnóstico das diversas formas de violência que atingem e vitimizam a população LGBTQIA+ que vive no Campo, nas Águas e nas Florestas, compreendendo suas particularidades, nuances e contextos de cada povo e comunidade.

A partir deste diagnóstico, serão delineadas ações estratégicas emergenciais, bem como ações coordenadas para a construção de uma rede de proteção e promoção dos direitos das pessoas LGBTQIA+ nos territórios.

Esta rede de proteção é proposta de forma a estar conectada com os aspectos socioculturais e o Bem Viver nas comunidades e povos tradicionais.

1. Diagnóstico das situações de violência e violações de direitos humanos

Inicialmente, esta ação objetiva realizar um levantamento detalhado das situações e casos de violência contra pessoas LGBTQIA+ nos territórios, buscando um mapeamento dessas violências e violações de direitos a partir dos seguintes critérios:

- a) Tipos de violência: busca-se descrever quais os tipos de violências praticados no território, tais como: discriminação, agressões físicas, agressões verbais e simbólicas, assédio moral, assédio sexual, ameaças de morte, estupro corretivo, dentre outras;
- b) Fatores desencadeantes: objetiva identificar as motivações que perpassam determinada violência, tais como: preconceito, discriminação, intolerância religiosa, questões fundiárias, exploração dos bens naturais etc;

c) Atores envolvidos: pretende identificar os indivíduos ou grupos que perpetraram a violência, sejam eles indivíduos, grupos organizados, agentes do Estado ou empresas;

d) Vítimas: objetiva caracterizar o perfil das vítimas, especificando, por exemplo, a idade, a identidade de gênero, a orientação sexual, a etnia, o povo ao qual pertence etc.

e) Locais de ocorrência: pretende mapear os pontos do território onde a violência é mais frequente, buscando identificar padrões de violências a partir de locais, correlações com outras violências e suas recorrências. Neste item, também são consideradas as violências que são perpetradas de forma virtual, por meio de aplicativos ou redes de comunicação digitais.

2. Oitivas nas comunidades - incursões e escuta nas comunidades afetadas, acompanhadas por representantes de instituições de direitos humanos, para:

Além de outros meios de informação que possibilitam a produção do diagnóstico (tais como notícias em jornais, boletins de ocorrências, denúncias etc), entende-se que a oitiva com as comunidades envolvidas é fundamental para:

a) Diálogo direto com comunidade: a proposta é criar um espaço de diálogo seguro e acolhedor para que as vítimas e testemunhas possam relatar suas experiências de violências e para que a comunidade possa se conscientizar de que as violências são um problema coletivo e não apenas da vítima e/ou de seus familiares;

b) Coleta de informações: busca-se nas oitivas registrar os relatos e obter informações relevantes para as investigações e

denúncias. A oitiva possibilita perceber as nuances das violências, suas descrições em detalhes e, principalmente, estar em contato com as percepções das vítimas, familiares e amigos sobre os casos de violência;

c) Orientação sobre autoproteção: oportunidade em que são oferecidas informações e estratégias para que as pessoas LGBTQIA+ possam se autoprotger e se defender em situações de risco, tanto de forma individual quanto coletiva;

d) Construção de laços de confiança: as oitivas também possibilitam construir um relacionamento de confiança com as comunidades, mostrando que suas vozes e demandas são ouvidas e que há pessoas dispostas a ajudá-las. E conscientizar o conjunto da comunidade sobre o respeito à diversidade sexual e identidade de gênero e o enfrentamento à violência contra pessoas LGBTQIA+.

3. Identificação de lideranças e pessoas que possam apoiar vítimas de violências

A partir das ações de diagnósticos e das oitivas, busca-se identificar e conectar lideranças comunitárias que possam atuar como pontos de apoio e referência para vítimas de violência contra pessoas LGBTQIA+ em seus territórios. Para isso, são realizadas visitas e diálogos com essas lideranças no sentido de fortalecer uma rede de autocuidado comunitário. O objetivo é tanto estabelecer contatos de referências para as vítimas, especialmente quando de situações mais urgentes, quanto orientar as lideranças sobre como agir frente a casos de violência que demandam apoio interno (de outros líderes, por exemplo) e externo (de instituições estatais, tal como polícia, Ministério Público e instituições de saúde).

4. Acolhimento, encaminhamento e apoio às vítimas

Ainda nesta primeira fase, é feito o encaminhamento dos casos de ameaça a pessoas LGBTQIA+ para Programas do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), como o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH) e o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (PROVITA), quando necessário. Além disso, busca-se articular o atendimento psicossocial, garantindo que as vítimas tenham acesso a atendimento psicológico, assistência social e serviços de saúde, e inserindo-as em sistemas públicos como o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e o Sistema Único de Saúde (SUS), assim como no acompanhamento da Secretaria de Saúde Indígena (SESAI).

FASE 2: CONSTITUIÇÃO DA REDE DE PROTEÇÃO E FORMAÇÃO DE DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS LGBTQIA+ NOS TERRITÓRIOS

Esta fase refere-se à constituição de uma rede de proteção contra violências e violações de direitos humanos, bem como no desenvolvimento das capacidades de atuação dos defensores e das defensoras de direitos humanos das pessoas LGBTQIA+ nos territórios.

Objetiva-se, assim, formar lideranças e agentes de direitos humanos que possam atuar no processo de conscientização da comunidade (formação entrepares) para superação das violências e promoção do Bem Viver ao mesmo tempo que possa articular uma rede de proteção, acolhimento às vítimas e promoção de direitos humanos. Para tanto, propõe-se duas ações que se autocomplementam, quais sejam:

1. Criação do Comitê de Defesa dos Direitos Humanos LGBTQIA+,

O objetivo é identificar e envolver as instituições e organizações que

atuam na defesa dos direitos humanos em nível local, como ONGs, órgãos públicos e universidades. A partir desses atores, busca-se instituir por portaria ministerial um Comitê de Defesa dos Direitos Humanos LGBTQIA+, com a função de:

- a) Articular ações interinstitucionais que promovam os direitos das pessoas LGBTQIA+ nos territórios;
- b) Desenvolver ações conjuntas para que se possa planejar e executar estratégias de prevenção e combate à violência nos territórios;
- c) Monitorar a violência com o acompanhamento dos casos de violência e as ações de proteção e acolhimento das vítimas, buscando identificar tendências e desafios. Esta função objetiva, especialmente, atuar nos casos de emergências, de forma a possibilitar a retirada das vítimas de locais de perigo, o acionamento de órgãos de justiça para atuação nos casos de violências e, se necessário, o acionamento de instituições de saúde para o suporte tanto à saúde física quanto à mental.

2. Formação de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos LGBTQIA+

Esta ação pretende focar na formação de defensores, defensoras e agentes de direitos humanos LGBTQIA+ que atuem nos territórios, seja de forma direta no enfrentamento à violência, seja de forma indireta, por meio da formação entrepares. Para que a ação possa ocorrer, é necessário que se atenda aos seguintes critérios:

- a) Conteúdo programático: elaboração de conteúdos formativos que abordem temas como direitos humanos, políticas públicas, violência de gênero, saúde integral, estratégias de autoproteção, comunicação etc;
- b) Metodologia: uso de metodologias participativas com diálogo

que valorizem o saber popular e a troca de experiências com ferramentas da Educação Popular. A metodologia precisa respeitar a autodeterminação dos povos e a prática política e cultural;

c) Definição de local, data e carga horária: importante que a formação possa ocorrer em um local acessível e seguro para a realização do curso, bem como a carga horária adequada podendo ser concentrada;

d) Equipe: sugere-se que sejam convidados especialistas e ativistas para ministrar o curso, com especial valorização do diálogo interétnico.

e) Materiais: orienta-se que sejam elaborados materiais didáticos e de apoio que sejam relevantes para o contexto local, adaptado a cultura e língua de cada povo e de fácil circulação e divulgação;

f) Parcerias: orienta-se a busca de parcerias com outras instituições, como universidades e ONGs para ampliar o alcance e a qualidade do curso;

g) Participantes: o curso deve estar voltado a pessoas LGBTQIA+ que atuam como lideranças nas comunidades ou que tenham potencial de sê-lo, além de outros interessados em defender os direitos humanos.

FASE 3: PROMOÇÃO DA AUTOPROTEÇÃO E AUTOCUIDADO NOS TERRITÓRIOS CAMPO, DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS

Esta fase visa fortalecer ações de autoproteção e autocuidado das pessoas LGBTQIA+ e sua comunidade nos territórios do Campo, das Águas e das Florestas, fornecendo ferramentas e recursos para o enfrentamento à violência e a promoção dos direitos das pessoas LGBTQIA+ nestas comunidades e criando estratégias de manutenção do Programa e das ações a longo prazo. Para tanto, propõem-se as seguintes ações:

1. Formação de uma Equipe Multidisciplinar do Programa Bem Viver+

Trata-se da implementação de uma equipe multidisciplinar permanente do Programa Bem Viver+ com o objetivo de realizar atividades formativas, acompanhar as situações de violência e violações de direitos, e articular com serviços públicos e instituições que compõem o comitê. A equipe deve ser composta pelos seguintes profissionais, no mínimo:

- **Profissional de saúde mental:** Responsável por acompanhar as situações de adoecimento mental e depressão, realizar acolhimento e encaminhamento para o sistema de saúde pública (SUS).
- **Profissional da área do direito:** Responsável por orientar sobre direitos, receber e encaminhar denúncias de violências e violações aos órgãos competentes, e acompanhar os casos.
- **Profissional de articulação de atividades formativas:** Responsável por organizar e facilitar as oficinas, rodas de conversa e outras atividades formativas nas comunidades.
- **Agentes de Defesa de Direitos Humanos LGBTQIA+:** Lideranças das próprias comunidades, com conhecimento sobre direitos humanos e promoção dos direitos das pessoas LGBTQIA+.

que atuam na identificação de ameaças, acolhimento de vítimas, encaminhamento de denúncias e conscientização entre pares.

2. Formação continuada em direitos humanos e autoproteção

Propõe-se que sejam realizadas oficinas de autoproteção nas comunidades, com foco em estratégias de enfrentamento à violência LGBTQIAfóbica. A construção do conteúdo e das atividades deve ser feita de forma participativa, envolvendo as lideranças locais e as próprias pessoas LGBTQIA+, com adequação à língua e cultura de cada povo, através de rodas de conversa em escolas, diálogos abertos, seminários e conversas entre pares.

As oficinas devem respeitar a autodeterminação dos povos e comunidades tradicionais, considerando suas particularidades culturais e seus conhecimentos ancestrais sobre proteção e cuidado. Ainda, que seja estabelecido um calendário ou ciclo formativo que possa ser replicado semestral ou anualmente.

3. Acompanhamento Permanente:

O Comitê de Defesa dos Direitos Humanos LGBTQIA+, com o apoio da equipe do Programa Bem Viver+, deve realizar o acompanhamento permanente das situações de violência nas comunidades, através de visitas periódicas e da criação de pontos focais para acionamento em casos de violência e emergência. Os dados produzidos pelo Comitê poderão ser publicizados como forma de garantir o histórico e os registros das ações, e possibilitar avaliar o impacto do programa a longo prazo.

4. Diálogo Permanente com Equipamentos de Saúde e Sistema de Justiça e Direitos Humanos

O Comitê terá por função estabelecer um diálogo permanente com

os equipamentos de saúde (Unidades Básicas de Saúde, Hospitais, Clínicas, Centros de Atendidos Especializados, como Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)) e com o sistema de justiça (delegacias, Ministério Público, Defensoria Pública) nas esferas federal, estadual e municipal, para que sejam envolvidos em todo o processo de acolhimento, acompanhamento e investigação dos casos de violência.

Espera-se, assim, promover a sensibilização dos profissionais de saúde e do sistema de justiça sobre as particularidades da violência contra pessoas LGBTQIA+ nos territórios do Campo, das Águas e das Florestas. Além de se estabelecer fluxos de atendimento e encaminhamento de denúncias para garantir que as vítimas recebam o apoio necessário em saúde, assistência social e justiça, bem como o atendimento emergencial e continuado nos casos de violência.

Por fim, o Comitê deverá articular as demandas junto aos Programas do Ministério de Direitos Humanos e da Cidadania, como o programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH), Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (PROVITA), Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM), no sentido de dar efetividade à proteção das vítimas e demais atores envolvidos em situação de violências e violações de direitos humanos.



Fotos: Júlia Barbosa

PRINCÍPIOS DO “BEM VIVER”

O “Bem Viver” é um termo construído a partir da prática e do acumulado histórico da luta dos povos indígenas e comunidades tradicionais. É uma lógica que valoriza os princípios da solidariedade entre as pessoas, da amizade fraterna e da convivência entre os seres humanos e destes com outros seres da natureza, baseado no sentimento de profundo respeito pela terra, pelo território e à ancestralidade.

O “Bem Viver” torna-se um princípio do ser humano como parte de um entorno natural e social. Em síntese, podemos afirmar que o “Bem Viver” é a satisfação das necessidades, a conquista de uma qualidade de vida e morte digna, o amar e ser amado, o desenvolvimento humano pleno, saudável de todos e todas, o cuidado, o respeito e a harmonia com a natureza e a prolongação indefinida das culturas humanas.

O “Bem Viver” supõe ter tempo para as relações afetivas e sociais, e que as liberdades, oportunidades, capacidades e potencialidades reais dos indivíduos se ampliem e evoluam de modo que permitam conseguir simultaneamente aquilo que a sociedade, os territórios, as diversas identidades coletivas e a garantia do bem comum valoram como objetivo de vida desejável, superando a dominação de um ser humano sobre outro, do ser humano sobre a natureza.

O “Bem Viver” é uma simbiose que incorpora o conceito de território, ser humano, natureza.

O “Bem Viver” para as pessoas LGBTQIA+ é um conceito que transcende a mera existência e engloba a vivência plena de sua sexualidade e desejos, sem estigma e culpa. Traz como perspectiva a construção de comunidades e territórios que acolhem e respeitam a diversidade humana em sua totalidade, incluindo a orientação sexual, identidades de gênero e características sexuais.

Em linhas gerais, o “Bem Viver” para as pessoas LGBTQIA+ nas comunidades e territórios do Campo, das Águas e Florestas significa:

Direito de ser e de existir em diversas formas:

As pessoas LGBTQIA+ devem ter o direito fundamental de viver e expressar sua identidade de forma autêntica em todas regiões e territórios, sem sofrer discriminação, violência ou marginalização. Elas precisam ser reconhecidas como membros plenos da comunidade, sendo valorizadas e respeitadas pelo que são, independentemente da orientação sexual, identidade de gênero ou características sexuais.

Este direito implica que todos, desde familiares e amigos até a comunidade em geral, devem respeitar e acolher a diversidade, sem julgamentos ou preconceitos. A promoção do respeito à identidade e à dignidade das pessoas LGBTQIA+ é essencial para a construção de territórios tradicionais inclusivos, onde todos possam viver de maneira plena e livre, sem medo de serem rejeitados ou discriminados.

Liberdade de ser LGBTQIA+ sem medo: Este direito fundamental refere-se à capacidade de expressar livremente a identidade de gênero, as características pessoais e a orientação sexual, sem o temor de represálias, discriminação ou violência. As pessoas LGBTQIA+ devem ter o direito de viver suas vidas de maneira autêntica, sem medo de serem alvo de ataques ou marginalização. Nesse contexto, reafirma-se a importância de um território onde todos os indivíduos possam ser quem realmente são, vivendo e amando livremente, sem receios ou limitações impostas pela sociedade.

O conceito de *Viver Todos Juntos* reforça a ideia de uma convivência harmoniosa, na qual a diversidade seja reconhecida como uma riqueza e não uma ameaça. Esse espaço é essencial para que as pessoas LGBTQIA+ possam se sentir seguras, acolhidas e respeitadas em suas comunidades, praticando o direito à liberdade e ao amor sem culpa e estigma.

Acesso aos Direitos Humanos: Este princípio fundamental assegura que as pessoas LGBTQIA+ tenham acesso às mesmas garantias e direitos que qualquer outro indivíduo nas comunidades e territórios, sem discriminação ou exclusão. Isso inclui direitos essenciais, como o direito ao território, à saúde, à educação, ao trabalho, à moradia e à segurança. Além disso, garante o direito de expressar afeto em público sem receio de perseguições ou sanções, e o direito de constituir uma família, sendo plenamente reconhecida sua identidade de gênero, características sexuais e orientação sexual diversa. O acesso a esses direitos é crucial para garantir a dignidade, o respeito e a igualdade de tratamento para todos, independentemente de sua identidade ou orientação, permitindo que vivam sua plena humanidade sem restrições baseadas em preconceitos ou estigmas sociais.

Construção de Territórios Livres de Violências: Este princípio baseia-se no direito fundamental de viver livre de qualquer forma de violência, seja ela física, psicológica ou social, originada de preconceitos relacionados à identidade de gênero, características e orientação sexual.

A construção de territórios livres de violências busca criar ambientes onde todas as pessoas, independentemente de sua identidade LGBTQIA+, possam viver com segurança, respeito e dignidade. Isso implica não apenas em prevenir e combater a violência diretamente nas comunidades, mas também em implementar estratégias de conscientização e empoderamento para enfrentar e superar práticas de discriminação e agressão, seja ela originada entre os próprios membros da comunidade ou de fora dela, incluindo a violência de agentes públicos. É um processo contínuo que exige a participação ativa da comunidade, do poder público e de organizações de direitos humanos, promovendo a convivência pacífica e o respeito à diversidade como pilares essenciais para a construção de um futuro mais justo e igualitário para todos.

Participação Política e Social: Este princípio visa garantir a inclusão plena das pessoas LGBTQIA+ nas esferas política, social, cultural e religiosa de suas comunidades. Significa criar espaços de participação ativa e representativa, onde as pessoas LGBTQIA+ possam se envolver nas tomadas de decisões e na construção de políticas públicas que atendam às suas necessidades e direitos. Além disso, busca-se valorizar suas habilidades e potencialidades, promovendo sua presença em papéis de liderança dentro da comunidade. Esse processo envolve a construção de uma cultura de respeito e inclusão, onde todas as vozes, independentemente da identidade de gênero ou orientação sexual, sejam ouvidas e tenham influência nas práticas e decisões comunitárias. A participação ativa de pessoas LGBTQIA+ nos espaços de poder, como conselhos comunitários, movimentos sociais e esferas políticas, fortalece o compromisso com a igualdade, o reconhecimento e a justiça, assegurando que suas perspectivas sejam consideradas na luta por uma sociedade mais inclusiva e justa.

Respeito à Orientação Sexual, Identidade de Gênero e Características Sexuais: Este princípio destaca a importância de reconhecer, respeitar e valorizar a diversidade de identidades de gênero, orientações sexuais e características sexuais presentes nas comunidades. A promoção de um ambiente de respeito e acolhimento é fundamental para garantir que todos, independentemente de sua identidade de gênero ou orientação sexual, se sintam seguros e aceitos. As famílias, espaços comunitários e instituições devem ser preparados para receber, apoiar e respeitar essa diversidade, criando uma cultura inclusiva e livre de discriminação. Isso envolve não apenas a aceitação, mas também o reconhecimento ativo das diferentes expressões de identidade de gênero e sexualidade, proporcionando um espaço onde as pessoas possam viver sua verdade sem medo de estigma ou violência. O respeito a essas identidades é crucial para a construção de um ambiente mais justo, equitativo e harmonioso para todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual,

identidade de gênero ou características sexuais.

Possibilidade de Viver e Trabalhar no Território: Este princípio enfatiza a importância de garantir que as pessoas LGBTQIA+ possam viver e trabalhar em seus territórios, seja no Campo, nas Águas ou nas Florestas, como membros plenos da comunidade. Essas pessoas devem ter o direito de vivenciar relações de trabalho que promovam a produção de alimentos saudáveis, cuidar da natureza e manter uma conexão profunda com o meio ambiente, respeitando e preservando os recursos naturais. A ideia central é garantir que a população LGBTQIA+ tenha o direito de estar inserida nas práticas tradicionais de cuidado e gestão ambiental de suas terras, sem sofrer discriminação por sua identidade de gênero ou orientação sexual. Além disso, a integração das pessoas LGBTQIA+ nessas atividades promove o fortalecimento da convivência comunitária, a preservação cultural e ambiental e a garantia de que todos tenham a oportunidade de viver e trabalhar com dignidade no território, em harmonia com a natureza e os valores locais.



Foto: Rafa Stedil

AUTOPROTEÇÃO E AUTOCUIDADO

A autoproteção é um conceito essencial para a promoção do Bem Viver, envolvendo a capacidade de um sujeito e comunidade de se proteger contra ameaças e violências, sejam elas físicas, emocionais ou sociais. Essa prática vai além de um simples comportamento defensivo; ela envolve um conjunto integrado de habilidades e atitudes que permitem a uma pessoa, ou a um grupo, tomar medidas proativas para garantir sua segurança e integridade em face de diversas formas de opressão. No contexto das pessoas LGBTQIA+, a autoproteção se torna ainda mais vital devido às múltiplas e variadas formas de violência e discriminação que esses indivíduos frequentemente enfrentam, muitas vezes redimensionadas por preconceitos sociais, culturais e estruturais.

A autoproteção para as pessoas LGBTQIA+ inclui estratégias e medidas que permitem lidar com a violência verbal, física, psicológica e institucional que as pessoas LGBTQIA+ sofrem devido ao preconceito e à intolerância. Dentre essas formas de violência, destaca-se a LGBTQIAfobia, que é o ódio ou aversão direcionada às pessoas com identidades de gênero e orientações sexuais diversas. A LGBTQIAfobia pode se manifestar de várias maneiras, desde insultos e agressões físicas até discriminação institucional, seja no âmbito da educação, da saúde, no ambiente de trabalho ou nas interações cotidianas.

Nesse sentido, a autoproteção é um conjunto de ações voltadas para o fortalecimento pessoal e coletivo que busca não apenas enfrentar, mas também prevenir essas agressões e garantir a sobrevivência e o Bem Viver das pessoas LGBTQIA+.

Dentro deste conceito de autoproteção, destaca-se a importância de promover e fortalecer o autocuidado. O autocuidado é uma prática fundamental para que as pessoas LGBTQIA+ possam preservar sua saúde mental, emocional e física, além de reforçar a autoestima e o sentimento

de pertencimento.

Em um ambiente frequentemente hostil, o autocuidado permite que os indivíduos se sintam mais seguros e fortalecidos, proporcionando uma base sólida para enfrentarem adversidades e situações de violência. Isso envolve a promoção de hábitos saudáveis, a busca por apoio psicológico e emocional, e a criação de espaços de acolhimento e apoio mútuo, onde as pessoas podem compartilhar suas experiências e se fortalecer coletivamente.

Além disso, a formação e o conhecimento são aspectos essenciais da autoproteção. Para que as pessoas LGBTQIA+ possam se proteger de maneira eficaz, é necessário que tenham acesso a informações sobre seus direitos, sobre como reconhecer situações de violência e sobre as formas adequadas de reagir a elas. Isso inclui o aprendizado de instrumentos legais para lidar com abusos, a identificação de sinais de violência psicológica ou emocional, e a educação sobre como buscar proteção em situações de risco.

A autoproteção também envolve desenvolver uma rede de apoio social e comunitária, como grupos e organizações de direitos humanos, que podem ajudar na intervenção imediata em casos de violência e fornecer orientação jurídica e apoio emocional.

Por que precisamos nos autoproteger?

Violências LGBTQIAfóbicas e outras formas de opressão: As pessoas do campo água e florestas enfrentam uma série de opressões interseccionais que vão além das violências LGBTQIAfóbicas, como a perda de seus territórios tradicionais, o racismo estrutural, o etnocídio, a discriminação cultural e até a violência física. A interseccionalidade dessas opressões cria uma situação de vulnerabilidade extrema para as pessoas LGBTQIA+, que precisam lutar contra múltiplas formas de exclusão e agressão. Um dos elementos presentes nesse contexto é a heterossexismo.

Esse conceito representa um conjunto de atitudes, com base no preconceito, discriminação, negação, estigmatização ou ódio contra toda orientação sexual que não seja a heterossexual, pois compreende a heterossexualidade como uma dimensão estrutural das relações socioculturais. Ela reforça uma série de normas restritivas: a ideia de que o homem deve ser macho, rude e chefe da família, enquanto aqueles que não satisfazem tais características – seja por ser mulher ou por afirmar uma identidade de gênero, características sexuais ou orientação sexual não heterossexuais – são frequentemente vistos como “desviantes” da moralidade tradicional. Isso pode gerar reações violentas, como insultos, chacotas, desprezo, violência física e até assassinato, na tentativa de “corrigir” ou disciplinar os corpos LGBTQIA+. Esses tipos de violência, que conhecemos como LGBTQIAfobia, manifestam o ódio e a repulsa contra as identidades e orientações LGBTQIA+ e refletem um problema profundo de intolerância que, urgentemente, precisa ser enfrentado e revertido.

Conhecimento Tradicional: O saber ancestral dos povos e comunidades tradicionais, incluindo o modo de vida, os valores e a medicina tradicional, possui um papel essencial na saúde emocional e na cura de traumas. Esses conhecimentos são fundamentais para a autoproteção e para o bem-estar. No entanto, é preciso fazer uma distinção entre práticas autênticas da tradição e atitudes que naturalizam violências, sobretudo as que menosprezam ou discriminam pessoas pela identidade de gênero ou orientação sexual. Embora essas violências possam ser justificadas como parte da “tradição”, elas não fazem parte dos valores tradicionais dos povos originários e tendem a reforçar uma submissão e visão de mundo que exclui a diversidade. Assim, é essencial abrir diálogos sobre os conhecimentos que realmente precisam ser preservados e valorizados – aqueles que fortalecem a identidade do grupo, protegem a vida e promovem o “Bem Viver” comunitário.

Espiritualidade: A espiritualidade dos povos originários e comunidades tradicionais é uma fonte de identidade e resistência que atravessa as gerações e os diversos momentos históricos. É um instrumento que organiza e une as comunidades. A profunda conexão com a natureza e com os ancestrais proporciona um sentido de pertencimento e de proteção que fortalece o indivíduo. Cânticos, rezas e crenças ancestrais são formas de conectar a própria identidade à existência e à resistência dos povos, sendo uma base espiritual que ampara a vida cotidiana e suas dificuldades. Os povos do Campo, Águas e Florestas por meio dos rituais tradicionais com cantos ancestrais que materializam em palavras desejos, sonhos e esperança combinados com danças sincronizadas com gestos e símbolos estes rituais conectam a coletividade, com a espiritualidade em simbiose passado, presente e futuro projeta força e coragem para enfrentar a dureza da vida, esses rituais faz parte da essência do ser camponês, quilombola e indígena.

Ao preservar e revigorar esses elementos espirituais, a comunidade sustenta não apenas a identidade cultural, mas também a união e a força para superar adversidades.

Fortalecimento de Redes de Proteção e Defesa: Estabelecer redes de proteção é essencial para a segurança das pessoas LGBTQIA+ do Campo, Águas e Florestas, especialmente em contextos de ameaça. Essas redes, constituídas por organizações próximas às aldeias e parceiros comprometidos, podem responder rapidamente às diversas situações de violência, além de compartilhar experiências, informações e estratégias de resistência. Construir e fortalecer essas redes é vital para promover um ambiente seguro e inclusivo.

Autoproteção e Bem Viver Coletivo: O conceito de autoproteção deve transcender a dimensão individual e ser compreendido como uma responsabilidade coletiva. Lutar contra as violências que atingem os indivíduos LGBTQIA+ dentro da comunidade é garantir o “Bem Viver”, que só é possível ser vivido em uma perspectiva coletiva. Essa proteção se

dá de maneira organizada e solidária, de forma que toda a comunidade se una contra as ameaças que prejudicam seus membros. Criar essas barreiras de defesa é uma forma de assegurar um espaço de acolhimento, respeito e dignidade para todas as pessoas.

O autocuidado é coletivo: O autocuidado não se configura apenas como um conjunto de ações que abrangem a individualidade, no contexto da luta histórica dos povos indígenas no Brasil, é um compromisso coletivo que fortalece cada membro e assegura o “Bem Viver”. O autocuidado coletivo manifesta-se na partilha de saberes ancestrais, na proteção contra as violências e na preservação de uma espiritualidade que conecta todos, todas e todes aos seus antepassados e à natureza. Ele também envolve a criação de um ambiente seguro, onde cada pessoa possa expressar sua identidade de gênero, suas características sexuais e sua orientação sem medo, cercada por redes de apoio e afeto.

Essa prática é uma forma de resistência e de autocura, que reforça os laços comunitários e resgata valores tradicionais enquanto rejeita qualquer violência. Por meio do autocuidado coletivo, a comunidade se protege e se fortalece para enfrentar as opressões, preservando sua cultura e identidade.

Políticas Públicas: No processo de autoproteção e resistência torna-se fundamental lutar por políticas públicas específicas que atendam às necessidades das pessoas LGBTQIA+ que residem em territórios rurais. Essas políticas devem assegurar o acesso a direitos básicos como saúde, educação e justiça, além de promover o respeito e a valorização da cultura e da identidade o direito ao território e o fortalecimento do “Bem Viver” é uma forma de proteger não apenas o espaço físico, mas também o tecido social e cultural da comunidade.

DICAS E MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO

Prevenção

Identifique as ameaças: Esteja atento aos sinais de violência verbal ou física, como insultos, chacotas e comportamentos agressivos, que podem ser sinais de ameaça. Reconheça que o ódio direcionado a você nunca é culpa sua. Tente identificar quem são as pessoas que frequentemente lhe intimidam ou ameaçam, mesmo que de forma sutil. Reflita sobre quem em sua rede de apoio pode oferecer proteção — amigos, familiares ou até líderes comunitários, como rezadeiras, podem ser recursos valiosos.

Ande em grupo: Sempre que possível, saia acompanhado de pessoas de confiança. Estar em grupo pode oferecer mais segurança, principalmente em momentos de risco.

Se perceber que a ameaça é iminente, busque rapidamente a companhia de aliados para garantir proteção mútua e evitar situações isoladas.

Cuidado com bebidas e consumo de substâncias: Evite o consumo excessivo de álcool ou outras substâncias, principalmente em ambientes desconhecidos ou com pessoas que não são de confiança. O consumo responsável reduz riscos de se tornar vulnerável a situações de violência. Se necessário, assegure-se de ter um meio seguro de retornar para casa.

Crie espaços seguros: Transforme sua casa e outros locais de sua rotina em espaços seguros. Invista em segurança física, como uma boa iluminação, fechaduras reforçadas e possíveis saídas de emergência. Além disso, construa um círculo de amizades e aliados de confiança que possam ajudá-lo a enfrentar situações de risco. Isso pode ser essencial para proporcionar uma sensação de proteção contínua.

Fortaleça os laços comunitários: Participe ativamente de atividades da sua comunidade, inclusive junto a outras pessoas LGBTQIA+. Ao unir forças com outros membros da comunidade, você ajuda a fortalecer a luta por direitos e cria uma rede de apoio contra violências. Dialoguem sobre as ameaças comuns, as dificuldades enfrentadas e estabeleçam estratégias coletivas, incluindo canais de denúncia, para garantir que todas as vozes sejam ouvidas e que as ameaças possam ser respondidas de forma conjunta.

Compartilhe informações: Utilize ferramentas de comunicação, como grupos em aplicativos de mensagens instantâneas (ex. WhatsApp), para compartilhar informações sobre possíveis ameaças e definir estratégias de segurança em grupo. Estabeleça uma pessoa de confiança que possa ser acionada em caso de emergência, de modo que haja sempre uma rede de apoio disponível para apoiar situações de risco.

Essas dicas são medidas de precaução para garantir a segurança e o bem-estar, mas lembre-se de que é importante também contar com os recursos legais e instituições de apoio, como a Defensoria Pública, para assegurar que sua proteção seja garantida de forma integral.

A proteção começa com ações preventivas e com o fortalecimento de redes coletivas de apoio.

Em Caso de Emergência

1) Registre tudo: Se você for vítima de violência, é crucial registrar o ocorrido. Isso pode ser feito por meio de fotos, vídeos ou depoimentos de testemunhas. No entanto, faça isso de maneira segura, para que você não se exponha a mais riscos ou violências. Além disso, é importante fazer uma descrição escrita detalhada,

contendo informações que respondam a perguntas essenciais: *O que aconteceu? Como aconteceu? Quando e onde aconteceu? Por quê?* Esse registro pode ser fundamental para a formalização da denúncia e para a tomada de medidas legais.

2) **Denuncie:** É importante formalizar a denúncia junto às autoridades competentes, como a polícia, o Ministério Público ou a Defensoria Pública. Além disso, denuncie também às organizações parceiras que atuam na defesa dos direitos humanos e LGBTQIA+, para que possam fornecer suporte imediato e acompanhar o caso. Denunciar não apenas interrompe a violência, mas também contribui para a conscientização e combate à impunidade.

3) **Busque apoio:** Em momentos de violência, é essencial procurar apoio psicológico para lidar com o trauma e suas consequências emocionais. Além disso, o apoio jurídico pode ser necessário para garantir que seus direitos sejam respeitados e que a situação seja tratada de forma legal. Caso possível, busque também o apoio de amigos e familiares de confiança, e procure líderes comunitários que sejam sensíveis à temática LGBTQIA+, que possam oferecer suporte emocional e até agir como mediadores ou facilitadores da busca por justiça.

4) **Ligue para o Disque 100:** O Disque 100 é um serviço gratuito e essencial para a defesa dos Direitos Humanos no Brasil, oferecendo apoio e proteção a pessoas que sofrem violações de direitos. Este serviço, também conhecido como Disque Direitos Humanos, é mantido pelo governo federal e funciona 24 horas por dia, todos os dias da semana. Ele recebe denúncias de violência e discriminação contra diversos grupos vulneráveis, incluindo a população LGBTQIA+.

Ligar para o Disque 100 é uma forma importante de interromper ciclos de violência e garantir que as denúncias sejam encaminhadas adequadamente para as autoridades responsáveis, como conselhos tutelares, promotorias ou delegacias.

Além disso, o Disque 100 também oferece orientações e informações sobre direitos, ajudando a fortalecer a cidadania e proporcionando o conhecimento sobre os mecanismos de proteção disponíveis.

Esse serviço oferece anonimato, o que pode garantir a segurança do denunciante, ao mesmo tempo em que fortalece a rede de proteção a pessoas em situação de vulnerabilidade. Ligar para o Disque 100 pode ser um passo crucial para prevenir novas ocorrências de violência, buscar justiça e garantir que as violações dos direitos humanos sejam tratadas com a seriedade que merecem.



Foto: Júlia Barbosa

AUTO-ORGANIZAÇÃO DAS LGBTQIA+ NOS TERRITÓRIOS

A auto-organização é um processo coletivo em que pessoas LGBTQIA+ unem-se para criar espaços seguros, fortalecer suas identidades, defender seus direitos e promover a visibilidade da diversidade sexual e de gênero. Esse processo visa construir e fortalecer a autonomia e o protagonismo dos indivíduos, desafiando as estruturas heterossexistas e combatendo as desigualdades.

Na luta política, de maneira ampla, estudos diversos apontam a auto-organização como uma possibilidade de formação e construção ou reafirmação de uma identidade de luta. Essas duas dimensões estão conectadas com a consciência e atuação política dos indivíduos, que desde o local de sua inserção, em diferentes territórios, compreendem a necessidade de atuarem no enfrentamento das contradições postas.

A auto-organização no território é uma estratégia de luta histórica que é atravessada por questões já sinalizadas aqui, como a necessidade da autoproteção, a espiritualidade como um fazer cotidiano, o resgate da ancestralidade e a defesa dos territórios. No marco da construção das sexualidades, a auto-organização se apresenta como um instrumento estratégico de enfrentamento às violências, que, ao se conectar com o todo do território e os desafios impostos a ele, nos possibilita consolidar um espaço coletivo de promoção da segurança, que fortalece sua identidade cultural e espiritual.

Neste sentido, podemos afirmar:

A auto-organização das pessoas LGBTQIA+ só faz sentido se estiver conectada ao território, às tradições e à identidade política consolidada ali;

O atual momento, a partir das experiências já desenvolvidas com o Programa Bem Viver+, indica-nos que é fundamental o envolvimento de toda a comunidade na construção dessa discussão. A auto-organização LGBTQIA+ não deve isolar os sujeitos da comunidade, pelo contrário, precisa ser uma ferramenta de empoderamento, capaz de atuar na mudança e na garantia de conquistas para toda a comunidade;

A auto-organização apresenta-se como um instrumento necessário para a elaboração, sistematização e estruturação de um conjunto de reflexões, tendo como referência o acumulado ancestral da luta dos povos e comunidades tradicionais;

Na luta por política pública, a auto-organização é um espaço de construção estratégica das demandas concretas do povo, com o objetivo de trazer para o debate as demandas reais e necessárias das pessoas indígenas LGBTQIA+.

Como nos Auto-organizar?

Formação de Grupos de Jovens LGBTQIA+ na Comunidade: Organizar grupos de jovens LGBTQIA+ para encontros semanais, proporcionando um espaço de diálogo, apoio mútuo e autocuidado. Nessas reuniões, é possível compartilhar experiências, discutir desafios e fortalecer a autoestima e a identidade, promovendo a união e a proteção coletiva.

Participação em Atividades da Luta Indígena: Integrar-se a espaços de mobilização da luta indígena, como caminhadas, acampamentos, assembleias e encontros de lideranças. Participar desses eventos fortalece a visibilidade LGBTQIA+ dentro do movimento indígena e promove a inclusão da diversidade sexual e de gênero nas pautas comunitárias.

Conexão com Organizações LGBTQIA+ em Diferentes Níveis: Estabelecer vínculos com organizações LGBTQIA+ em âmbito regional,

estadual e nacional. Participar das atividades dessas organizações amplia a rede de apoio, facilita o acesso a recursos e fortalece o movimento por direitos e proteção para indígenas LGBTQIA+.

Criação de Redes de Comunicação Seguras: Utilizar grupos de mensagens (como WhatsApp) para trocar informações e alertas sobre situações de risco, compartilhar eventos, apoiar uns aos outros em momentos difíceis e manter a comunidade conectada, mesmo a distância.

Organização de Oficinas Culturais e Educativas: Promover oficinas que combinem conhecimentos tradicionais e temas LGBTQIA+, abordando identidade, saúde mental, direitos humanos e autocuidado. Essas oficinas podem ser abertas à comunidade para promover o respeito e a compreensão da diversidade.

Estabelecimento de Pontos de Acolhimento: Criar locais seguros na comunidade onde pessoas LGBTQIA+ possam buscar apoio e abrigo. Esses pontos de acolhimento podem servir como espaços de descanso, conversas confidenciais e troca de experiências, funcionando também como áreas de proteção contra situações de violência ou discriminação.

Participação em Movimentos e Redes de Direitos Humanos: Envolver-se em movimentos de direitos humanos que apoiem a causa indígena e LGBTQIA+, como conselhos e fóruns de direitos humanos, amplia a visibilidade e permite compartilhar a realidade dos indígenas LGBTQIA+ com um público mais amplo.

Campanhas de Sensibilização na Comunidade: Promover ações e eventos que eduquem a comunidade sobre diversidade de gênero e sexualidade, desmistificando preconceitos e celebrando a riqueza da cultura e a identidade LGBTQIA+ indígena. Essas campanhas podem incluir rodas de conversa, apresentações culturais e palestras com

lideranças indígenas e LGBTQIA+.

Parcerias com Profissionais de Saúde e Educação: Formar alianças com profissionais da saúde e da educação para criar espaços de atendimento e acolhimento específicos para indígenas LGBTQIA+. Isso pode incluir atendimento psicológico, orientações sobre saúde e discussões sobre identidade e respeito.

Essas são algumas estratégias de auto-organização que podem fortalecer a autonomia, a visibilidade e a proteção da população LGBTQIA+ indígena, promovendo um ambiente de respeito e segurança para todos, todas e todes.



Foto: Rafa Stedile

ANEXO I
MANUAL PROGRAMA BEM VIVER+
GUARANI-KAIOWÁ



INTRODUÇÃO

As comunidades Guarani-Kaiowá, localizadas no Mato Grosso do Sul, enfrentam uma crise humanitária sem precedentes, resultado de um contexto de violência sistemática e disputa territorial. A luta pela terra, marcada por confrontos violentos e assassinatos, tem provocado um alarmante aumento nos índices de homicídios e suicídios entre os povos Guarani-Kaiowá, refletindo um verdadeiro massacre dessa população. Segundo dados do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), entre 2003 e 2013, foram registrados 234 casos de suicídios nas aldeias Guarani-Kaiowá, sendo 78 apenas em Dourados. Em 2023, esse número subiu para 37 suicídios, e em outubro de 2024, em uma única semana, cinco indígenas cometeram suicídio, sendo pelo menos três deles pertencentes à população LGBTQIA+. Estes números revelam a gravidade da crise de saúde mental entre os Guarani-Kaiowá, diretamente relacionada ao contexto de violência, repressão e desestruturação social e cultural nos territórios.

A violência contra os povos Guarani-Kaiowá é fruto de um longo processo histórico de despojo de suas terras e da constante discriminação que enfrentam. A falta de políticas públicas eficazes, a impunidade para os crimes cometidos e a omissão do Estado contribuem para a perpetuação dessa situação de vulnerabilidade extrema. A perda das terras sagradas, conhecidas como *tekoha*, tem causado uma profunda crise existencial nos povos Guarani-Kaiowá, impactando diretamente sua saúde mental e sua capacidade de viver em harmonia com a natureza e com suas práticas culturais. O *tekoha* não é apenas um território físico, mas a própria essência da cultura Guarani-Kaiowá, onde se manifestam seus costumes, crenças e práticas de subsistência.

A terra é uma extensão da identidade e do modo de vida do povo Guarani-Kaiowá, e a perda desse território compromete sua integridade, levando à marginalização e à violência.

Despojados de suas terras ancestrais, os indígenas são forçados a viver em condições precárias, sem acesso adequado a recursos básicos, como saúde, educação e segurança alimentar, o que agrava ainda mais sua situação. A impossibilidade de viver de acordo com o *teko*, o modo de ser Guarani-Kaiowá, nos seus territórios sagrados, tem gerado um sofrimento psicológico profundo, refletido em altos índices de suicídios, depressão e outras condições mentais. Além disso, a falta de acesso a serviços de saúde adequados e culturalmente sensíveis agrava ainda mais a situação. Embora a Secretaria de Saúde Indígena (SESAI), pertencente ao Ministério da Saúde (MS), atue na atenção primária, o modelo de atendimento carece de adaptação às necessidades específicas dos povos indígenas, especialmente no que diz respeito à saúde mental e aos saberes tradicionais.

A ausência de profissionais de saúde indígena especializados, sobretudo nas áreas de saúde mental, bem como a falta de práticas que considerem os saberes ancestrais, contribuem para a alienação e desumanização dos povos indígenas nos serviços de saúde, tornando mais difícil o acesso a cuidados adequados. Para reverter esse quadro, é urgente a implementação de políticas públicas que garantam a demarcação das terras, a punição dos responsáveis pelos crimes e a promoção de um atendimento de saúde que respeite as particularidades culturais dos povos indígenas, em especial nos aspectos da saúde mental.

No contexto da violência contra a população LGBTQIA+ nas comunidades Guarani-Kaiowá, a Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, em parceria com o Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e a Secretaria de Cidadania (SEC) do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, iniciou, em 2024, a implementação do Programa **Bem Viver+**. Este programa tem como objetivo promover ações de formação e apoio à defesa dos direitos humanos das pessoas LGBTQIA+ nas comunidades Guarani-Kaiowá, buscando garantir o direito ao *Bem Viver*, promovendo a inclusão, a proteção e a saúde física e mental dessa população vulnerável.

O **Bem Viver+** visa, ainda, fortalecer as redes de apoio nas comunidades indígenas e criar mecanismos de denúncia e proteção contra as violências sofridas pelas pessoas LGBTQIA+ nas aldeias, com foco na promoção de territórios e comunidades que respeitem e assegurem o direito à vida das pessoas LGBTQIA+ indígenas. A iniciativa é um passo importante para enfrentar a crise de violência e saúde mental e, acima de tudo, para garantir que o direito ao *Bem Viver* seja acessível a todos os membros das comunidades Guarani-Kaiowá, respeitando suas tradições, suas crenças e suas formas diversas de existências.



Foto: Gustavo Glória

CONCEPÇÃO DO BEM VIVER PARA O POVO GUARANI-KAIOWÁ

O conceito de *Bem Viver* é profundamente enraizado na cosmovisão dos povos indígenas, particularmente para os Guarani-Kaiowá, sendo expresso pela palavra *Teko Porã*, que traduz literalmente o “belo caminho” ou o “bem viver”. No universo Guarani-Kaiowá, *Teko Porã* representa um ideal de vida que transcende o mero existir, envolvendo a busca por harmonia e equilíbrio com todos os elementos da natureza, a comunidade e os aspectos espirituais da existência humana. Essa ideia não se restringe a uma experiência individual, mas é coletiva, refletindo uma busca constante por soluções integradas que respeitem a natureza e garantam a dignidade e o bem-estar de todos.

A expressão *Teko Porã* é completada pelo conceito de *Tekohá*, que é uma parte fundamental da visão de mundo dos Guarani-Kaiowá. *Tekohá* vai além da simples definição de território, sendo mais uma representação de identidade, cultura e existência. O prefixo *teko* remete aos modos de vida, valores, tradições e costumes que guiam a comunidade, enquanto *há*, o sufixo, faz referência ao lugar, ou seja, ao espaço sagrado onde as práticas e os modos de vida dos Guarani-Kaiowá se desenvolvem, englobando a terra, os rios, as florestas e todos os elementos naturais que formam o seu ambiente. Para os Guarani-Kaiowá, a terra não é apenas um recurso, mas a própria essência da existência. A terra, para eles, não é apenas um pedaço de chão, mas uma extensão do próprio ser, pois *tekohá* é a vida, e a vida é a terra. Em termos mais simples: *eles e elas são a terra, e a terra são eles e elas*.

Contudo, a perda de suas terras sagradas, ou *tekohá*, resultou em um grave impacto psicológico e cultural para os Guarani-Kaiowá. A ausência do território sagrado tem imposto a esse povo um sofrimento profundo, com consequências devastadoras para sua saúde mental e emocional.

A impossibilidade de viver e praticar seu modo de vida no *tekohá* tem gerado uma crise existencial, pois o território vai além de um simples espaço físico – ele é, para os Guarani-Kaiowá, o ponto de conexão com a história, a ancestralidade e o futuro. A perda desse espaço sagrado não é apenas uma perda de terra, mas uma perda de identidade e de sentido de pertencimento.

A relação dos Guarani-Kaiowá com o *tekohá* implica uma forma de viver que valoriza a convivência e o respeito ao próximo, e é o espaço onde os seres humanos se conectam com o espiritual, com os ciclos da natureza, e com os saberes ancestrais. A perda do *tekohá* tem, por consequência, afetado gravemente as condições de saúde física e mental dos Guarani-Kaiowá, resultando em um aumento alarmante de suicídios entre seus membros. Além disso, a escassez de acesso a serviços de saúde adequados e culturalmente sensíveis exacerba ainda mais essa crise.

A luta pela preservação do *tekohá* e pela demarcação de terras indígenas se torna essencial, pois apenas com a garantia de seu direito à terra, os Guarani-Kaiowá poderão praticar o *Teko Porã*, ou seja, viver com dignidade, segurança e harmonia com a natureza e a sociedade. Sem esse direito fundamental, o *Bem Viver* se torna uma utopia inatingível.

No âmbito dos direitos humanos, o conceito de *Bem Viver* (ou *Teko Porã*) para os Guarani-Kaiowá não se limita à sobrevivência, mas abarca o direito à plenitude de todos os aspectos da vida humana. Isso inclui o acesso à água, à alimentação, à moradia, ao habitat, à saúde, à educação, à cultura, à comunicação, ao trabalho e à segurança. Mais do que isso, o *Bem Viver* também envolve o direito à existência em sua totalidade, a possibilidade de viver em harmonia com o ambiente e com os outros seres humanos, sem que haja destruição ou injustiça. O *Bem Viver* não é possível quando a Mãe Terra é explorada de maneira predatória, quando os seres humanos e os outros seres vivos são desrespeitados. A verdadeira harmonia só pode ser atingida quando todas as formas de vida coexistem de maneira respeitosa e equilibrada.

Portanto, o *Bem Viver* para os Guarani-Kaiowá não é apenas uma filosofia de vida, mas uma prática cotidiana que visa restabelecer o equilíbrio perdido, reconhecendo que a destruição de uma parte do todo afeta o todo. O conceito de *Teko Porã* é a tentativa de restaurar uma conexão vital com a terra, com os ancestrais e com os outros seres humanos. A construção do *Bem Viver* para os Guarani-Kaiowá passa, inevitavelmente, pela luta pela proteção de suas terras sagradas, pela preservação da cultura e pela reconquista do seu direito de existir em harmonia com o mundo que os rodeia.

Por fim, o *Bem Viver* ou *Teko Porã* para os Guarani-Kaiowá é um conceito integral, holístico, que reflete sua visão de mundo e sua luta diária para viver com dignidade e em harmonia com a natureza e a comunidade. É necessário compreender que o caminho para o *Bem Viver* é também o caminho da resistência e da valorização de uma vida plena, respeitosa e justa para todos os seres vivos e para o meio ambiente.



Foto: Gustavo Glória

DIAGNÓSTICO DE VIOLÊNCIA CONTRA AS LGBTQIA+ GUARANI-KAIOWÁ

A população Guarani-Kaiowá tem sido historicamente afetada por múltiplas formas de violência, que se manifestam de maneiras diversas e interligadas, particularmente em relação a jovens indígenas LGBTQIA+. Entre os casos mais trágicos que ilustram essa realidade, destacam-se as mortes e suicídios de jovens indígenas LGBTQIA+ que enfrentam ataques e perseguições devido à sua orientação sexual e identidades dissidentes.

Em 2022, pelo menos três jovens Guarani-Kaiowá foram encontrados mortos na rodovia MS-156, próximo à aldeia Limão Verde, em circunstâncias suspeitas de assassinato. Esses casos fazem parte de um cenário de violência crescente que, em 2023, se agravou com mais suicídios de jovens LGBTQIA+ em outras aldeias da região. Pelo menos seis suicídios foram registrados, refletindo um padrão de crescente desesperança entre os jovens, exacerbado pela opressão, estigmatização e violência a que são submetidos.

Em 21 de abril de 2024, o assassinato de Ronaldo Fernandes, de 26 anos, também destacou a violência direcionada a jovens LGBTQIA+ indígenas. Ronaldo foi morto a tiros em Dourados, e sua morte gerou indignação, mas também evidenciou a vulnerabilidade dos indígenas LGBTQIA+ diante de uma sociedade que continua a marginalizar suas identidades. Em outubro de 2024, Leakes Rossate, outro jovem da Aldeia Amambai, se suicidou em meio ao contexto de opressão que assola essa região, marcada pela violência histórica contra os povos indígenas, como exemplificado no conhecido “Massacre de Guapoy” em 2022, onde lideranças indígenas foram brutalmente assassinadas. O sofrimento psicológico e a violência física não são isolados, mas estão entrelaçados em uma teia complexa de opressões.

Além desses casos, o ano de 2024 também foi marcado pela perda da liderança LGBTQIA+ indígena Klara Guarani-Ñhandeva, que faleceu após complicações de uma infecção generalizada. Klara, que vivia uma luta constante pela visibilidade e dignidade das pessoas LGBTQIA+ indígenas, foi outra vítima de um sistema de saúde inadequado e da falta de infraestrutura essencial para comunidades indígenas. O estado de saúde de Klara, agravado pela falta de cuidados médicos adequados, levou ao seu falecimento, mostrando como as deficiências nos serviços de saúde contribuem para o sofrimento dessa população.

Em 2025, novos incidentes demonstram a continuidade da violência: houve uma tentativa de incêndio na casa de um jovem indígena Guarani-Kaiowá, o assassinato de outro jovem na mesma aldeia e o atropelamento intencional de uma jovem lésbica. Esses casos, somados aos relatos de depressão, tentativas de suicídio e mutilações, indicam claramente a profundidade da crise de saúde mental e de violência vivida pelas comunidades Guarani-Kaiowá LGBTQIA+.

As causas dessas violências são complexas e multifacetadas, resultando de um entrelaçamento de fatores como LGBTQIAfobia, racismo estrutural e institucional, a disputa por terras tradicionais e a falta de acesso a serviços básicos, como água potável, segurança alimentar, saúde mental e mobilizações de cuidado adequadas que respeitem os saberes tradicionais indígenas. Essas condições de vida, precárias e desumanas, aumentam a vulnerabilidade das pessoas LGBTQIA+ nas aldeias, criando um ciclo de violência difícil de romper sem a implementação de políticas públicas robustas e de ações urgentes de proteção e promoção da saúde mental.

AÇÕES PREVISTAS PELO PROGRAMA 2025

1) Curso de Formação de Defensores de Direitos Humanos LGBTQIA+para a Juventude Diversidade Guarani-Kaiowá

Em parceria com a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), será realizado um curso voltado à capacitação de jovens Guarani-Kaiowá como agentes de direitos. O curso terá ênfase na promoção da diversidade sexual e de gênero, considerando a perspectiva cultural indígena e o respeito aos direitos humanos.

2) Oficinas de Arte e Cultura nas Aldeias

Ao longo de 2025, serão promovidas oficinas que envolverão jovens, adultos e lideranças locais, com o objetivo de valorizar a arte como ferramenta de resistência, identidade e cura. Além de estimular a expressão artística, essas oficinas proporcionarão um espaço para que os jovens compartilhem suas realidades e desafios.

3) Oficinas de Construção de Casas de Reza Guarani-Kaiowá

Essas oficinas terão como foco a preservação dos saberes tradicionais sobre a construção de casas de reza, fundamentais para a espiritualidade Guarani-Kaiowá. As atividades serão conduzidas por rezadeiras e rezadores tradicionais, envolvendo também a participação de jovens da comunidade. Além das técnicas de construção em palha e madeira, serão compartilhados os rituais e cerimônias que acompanham a edificação dessas estruturas sagradas.

4) Encontros de Rezadeiras e Rezadores Tradicionais: Fortalecimento da Autoproteção contra Violências Religiosas

Com o apoio do Programa de Proteção de Defensores de Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

(MDHC), esses encontros visam fortalecer os processos de autoproteção das lideranças espirituais indígenas, garantindo maior segurança diante das violências motivadas pela intolerância religiosa.

5) Entrega de Computadores nas Comunidades Guarani-Kaiowá

Como parte das ações do Programa Bem Viver+ Guarani-Kaiowá, cada aldeia receberá 10 computadores, promovendo o acesso à informação, educação e direitos humanos. A distribuição será feita estrategicamente em seis aldeias, proporcionando um ponto de conexão com ferramentas digitais essenciais para o desenvolvimento educacional, cultural e de comunicação.

6) Rodas de Conversa sobre Saúde Mental nas Escolas das Aldeias

Serão realizadas atividades formativas com estudantes do ensino médio, com apoio de profissionais da saúde e psicólogos. O objetivo é garantir um espaço de escuta para jovens que enfrentam problemas como a depressão, assegurando um acompanhamento contínuo para casos mais graves, em articulação com o Ministério da Saúde e a Agência Brasileira de Apoio à Gestão do Sistema Único de Saúde (AgSUS).

7) Campanha Tekojoja – Contra as Violências e pelo Bem Viver

A Campanha Tekojoja, cujo nome significa “viver todos juntos” em Guarani, será uma estratégia de conscientização nos territórios Guarani-Kaiowá. Seu objetivo é combater a violência, a discriminação e o preconceito contra pessoas LGBTQIA+, mulheres e crianças nas aldeias. O eixo central da campanha será o conceito de Bem Viver (Teko Porã), que representa a harmonia com a natureza, a coletividade e o respeito às tradições ancestrais, ao mesmo tempo em que promove um ambiente livre de violência e discriminação.



Fotos: Gustavo Glória / João Macedo - MDHC

COMITÊ TERRITORIAL DO BEM VIVER GUARANI-KAIOWÁ

O Comitê Territorial Bem Viver+ Guarani-Kaiowá é uma iniciativa criada para complementar a Portaria Interministerial MDHC/MPI/MIR nº 1, de 3 de dezembro de 2024, com a missão de acompanhar, monitorar e avaliar as ações voltadas ao enfrentamento da violência e à promoção dos direitos humanos das pessoas LGBTQIA+ indígenas Guarani-Kaiowá. Seu objetivo é garantir a efetividade local das ações do Programa Bem Viver+, assegurando a proteção e os direitos dessa população nos territórios indígenas Guarani-Kaiowá no estado de Mato Grosso do Sul.

O Comitê tem como finalidade essencial acompanhar e avaliar a implementação do Programa Bem Viver+ nos territórios indígenas, com ações focadas em combater as violências físicas e simbólicas contra os indígenas LGBTQIA+, articulando e cooperando com instituições de segurança pública e assistência social. Além disso, busca criar uma rede de proteção integrada, envolvendo setores governamentais e da sociedade civil, para garantir acesso à saúde integral, com especial atenção à saúde mental dos indivíduos LGBTQIA+ indígenas.

Outras ações incluem a articulação com instituições educacionais para promover a formação sobre Direitos Humanos, o registro e monitoramento dos casos de violência, e a criação de um banco de dados que contribua para fortalecer a proteção dessa população. O Comitê também se compromete a elaborar relatórios periódicos, visando à transparência e ao acompanhamento contínuo da situação dos direitos humanos no território Guarani-Kaiowá.

As principais diretrizes que orientam o trabalho do Comitê incluem: articular ações interinstitucionais para garantir os direitos LGBTQIA+ nos territórios; desenvolver estratégias de prevenção e combate à violência; monitorar e registrar as violações de direitos humanos, sugerindo medidas administrativas ou judiciais para responsabilização dos envolvidos; proteger e acolher as vítimas e suas famílias, promovendo uma rede de proteção nas comunidades. O Comitê também visa capacitar profissionais para atuar em Direitos Humanos, focando na realidade dos indígenas LGBTQIA+ e incentivando o diálogo com as lideranças indígenas e serviços especializados.

Dada a natureza intersetorial do Programa Bem Viver+, o Comitê Territorial será composto por representantes titulares e suplentes de diversos órgãos e entidades, indicados por suas respectivas instituições e designados pela Secretária Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ (SLGBTQIA+). Entre os membros estão representantes da Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), Defensoria Pública da União (DPU), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Ministério Público Federal (MPF), Secretaria de Saúde Indígena (SESAI), Secretaria de Estado da Cidadania do Mato Grosso do Sul e dois representantes indígenas LGBTQIA+ da sociedade civil, indicados pelo coletivo Juventude Indígena Diversidade Guarani-Kaiowá (JUIND). A Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ coordenará as atividades do Comitê, enquanto a UFGD ficará responsável pela secretaria-executiva. O Comitê também poderá convidar representantes de outros órgãos, especialistas, pesquisadores e membros das comunidades LGBTQIA+ e indígenas para participação consultiva nas reuniões.

Assim, o Comitê Territorial Bem Viver+ Guarani-Kaiowá tem como missão garantir a promoção da dignidade, proteção e inclusão da população LGBTQIA+ indígena, trabalhando para criar um ambiente de segurança, saúde e respeito em seus territórios, com um compromisso com a justiça social e os direitos humanos.

NÚCLEO DO PROGRAMA BEM VIVER+ NO MS

O Programa Bem Viver+ no Mato Grosso do Sul conta com um núcleo multidisciplinar, estabelecido em parceria com a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio - Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), com o objetivo principal de promover a proteção, defesa e ações de autoproteção das pessoas LGBTQIA+ indígenas Guarani-Kaiowá. Este núcleo articula ações de enfrentamento à violência e discriminação, além de oferecer acolhimento às vítimas, visando garantir a segurança e o bem-estar da comunidade indígena LGBTQIA+ na região.

O Núcleo tem como função monitorar casos de violência contra pessoas LGBTQIA+ indígenas Guarani-Kaiowá, realizando denúncias e articulando o acolhimento às vítimas. Também encaminha as denúncias às autoridades competentes e acompanha os processos investigativos. O núcleo fortalece a proteção por meio da formação de defensores de direitos humanos, promovendo autoproteção e auto-organização nas aldeias, além de mobilizar a sociedade e organizar comitês locais. Também se dedica à pesquisa e produção de conhecimento sobre a realidade dessa população, contribuindo para políticas públicas mais eficazes, e coordena ações educativas e de sensibilização, como oficinas e rodas de conversa, para combater violências e promover a conscientização.

A equipe multidisciplinar será composta pelos seguintes profissionais:

- **Coordenação do Núcleo:** será responsável por articular ações nas esferas municipal, estadual e federal, garantindo o alinhamento e o funcionamento eficaz do Comitê Territorial. Além disso, terá a tarefa de organizar e coordenar as atividades do Programa, promovendo integração e colaboração entre as diversas partes envolvidas. A coordenação também atuará como ponto de contato entre os diferentes níveis de gestão e as comunidades, assegurando a implementação das ações planejadas e o cumprimento dos objetivos do programa.

• **Coordenação Pedagógica:** será responsável por planejar, coordenar e supervisionar as atividades de formação, incluindo cursos de defensores de Direitos Humanos e rodas de conversa sobre saúde mental nas escolas das aldeias. Além disso, deverá organizar oficinas de arte e cultura, promovendo o aprendizado e a conscientização nas comunidades indígenas. A coordenação também garantirá a integração entre as atividades pedagógicas e as necessidades locais, assegurando que os programas atendam às especificidades da população.

• **Profissional de Direito:** acompanhar e monitorar casos de violência contra a população LGBTQIA+ indígena, assistindo as vítimas na formalização de boletins de ocorrência e acompanhando os inquiridos. Elaborar relatórios mensais sobre as violências, comunicando aos órgãos competentes, como o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), Ministério Público Estadual (MPE), Ministério Público Federal (MPF), Defensoria Pública da União (DPU) e Ministério dos Povos Indígenas (MPI), para garantir a tomada de providências e a apuração dos casos.

• **Profissional de saúde mental:** será responsável por acompanhar, a saúde mental da juventude indígena LGBTQIA+ Guarani-Kaiowá. Ele também irá articular com o sistema de saúde mental dos municípios para garantir atendimento local às demandas específicas, além de colaborar com o SUAS e o Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) para integrar os serviços de saúde mental e atendimento geral à população indígena.

• **Agentes de Direitos Humanos territorial,** serão indígenas da própria comunidade, terão as seguintes atribuições: 1) Organizar encontros quinzenais de apoio à comunidade LGBTQIA+, abordando temas específicos; 2) Contribuir na organização e execução das atividades do Programa Bem Viver+ a nível estadual; 3) Monitorar casos de violência LGBTQIAfóbica na comunidade, encaminhando para a coordenação estadual e oficializando as denúncias; 4) Produzir conteúdo para mídias, promovendo os direitos e visibilidade da comunidade.



Fotos: João Macedo - MDHC / Rafael Francisco - MDHC



FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO



FIOCRUZ

MINISTÉRIO DA
**IGUALDADE
RACIAL**

MINISTÉRIO DOS
**POVOS
INDÍGENAS**

MINISTÉRIO DOS
**DIREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA**



GOVERNO FEDERAL

BRASIL

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO